



MENSAGEM Nº 30/2020

Senhor Presidente.

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 214/2019 que "Altera a Lei Estadual nº 5.671, de 1º de fevereiro de 1995", pelas razões adiante aduzidas.

## Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 214/2019, a sua sanção integral não se apresenta possível diante da existência de inconstitucionalidade material.

O art. 2º ao determinar expressamente a inserção do art. 18-A na Lei Estadual nº 5.671, 1995, prevendo alterações nas condições estabelecidas pelo Poder Público aos incentivos já concedidos pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas – PRODESIN, acaba por dar efeito retroativo à norma adentrando o conteúdo do ato concessivo já inteiramente perfectibilizado, violando a previsão constitucional do art. 5º, XXXVI, densificada pelo art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942).

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 214/2019, por **inconstitucionalidade material**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

JOSÉ RENAN VASCO SCELOS CALHEIROS FILHO

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

**NESTA** 

Publicada no Suplemento DOE do dia 7/7/2020.